

CONFERÊNCIA DA ÁGUA DA NASCENTE ATÉ À FOZ

Boa tarde a todos os presentes

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer em nome da Confederação Nacional da Agricultura e em meu nome, o convite efectuado pela Plataforma para o Desenvolvimento e o Ambiente, para participar nesta Conferência, mais concretamente neste primeiro painel que tem por título “A água e a sua importância na economia da região”.

Começava então a minha intervenção, por contar uma história de uma reportagem que deu, há uns tempos atrás na televisão, sobre o Nordeste Brasileiro.

Nessa reportagem dava-se conta, ao longo de 30 a 45 minutos que durava o documentário, das dificuldades vividas por uma população de uma região onde existiam enormes carências de água.

Dava-se conta, da forma como as pessoas praticavam a sua agricultura de subsistência, de como conseguiam tirar o maior proveito da água proveniente dos escassos dias de chuva que tinham por ano e de como geriam a escassa água que dispunham para consumo humano.

Tratava-se de uma zona de quase deserto, onde custa imaginar que se possa desenvolver qualquer tipo de agricultura numa terra completamente desidratada pelo calor.

Esta reportagem dava conta sobretudo, de como esta população do nordeste Brasileiro, sempre sobreviveu naquele local apesar da escassez deste elemento essencial à vida, a água.

Bem no final deste documentário, os seus autores terminaram a reportagem ao pé dum rio de enorme caudal, que distava a pouco mais de 30 Km da tal região, dizendo que existia a promessa, já com algumas dezenas de anos do Governo Brasileiro, de construir um canal que levasse a água aquela população.

Esta história, apesar de não se passar em Portugal, apesar de ser distante da nossa realidade, é importante para salientar, que independente de podermos possuir uma grande riqueza em recursos hídricos, como de facto se pode dizer que a região centro possui, não quer dizer que não tenhamos défice de água, seja ela para rega de terrenos agrícolas ou para consumo humano.

A questão da falta de estruturas que possibilitem uma melhor distribuição e gestão deste recurso é de facto uma debilidade da agricultura Portuguesa para a qual devemos estar cada vez mais atentos, tendo em conta, sobretudo, as alterações climáticas que estão a ocorrer e que caminham para que tenhamos uma época de chuvas mais curta, embora caracterizada por pluviosidade mais intensa.

A agricultura em Portugal vive ainda muito da cadência das chuvas e mais do que noutros sectores, a regularidade da pluviosidade é importantíssima, uma vez que dois ou três períodos de intensa pluviosidade podem colocar em causa uma colheita com meses de trabalho, caso do vinho, dos cereais, da fruta, etc, ou, por outro lado, um período de ausência de chuvas, conjugado com a incapacidade de retirar proveito dos recursos hídricos existentes, pode também levar ao mesmo fim.

Tudo isto para dizer que a questão da distribuição no tempo e no espaço da água, é essencial na agricultura, e se em relação ao clima, podemos considerar que se trata de uma questão à escala planetária e que apesar de todos termos um papel a desempenhar na redução dos gases com efeito de estufa, não deixa de ser um assunto um pouco distante, em relação à questão das estruturas de distribuição e captação, existe um trabalho nacional e regional a fazer, no sentido de dotar a agricultura com uma maior capacidade de aproveitamento dos recursos hídricos existentes.

Alguns de vocês poderão estar a pensar neste momento, que nós só queremos é tirar proveito dos recursos pensando que eles são inesgotáveis.

Particularmente considero, que de facto a agricultura deve tirar proveito dos recursos existentes, pois ela própria tem um papel fundamental na preservação dos ecossistemas que possuímos, mas considero também, que esta, tal como qualquer outro sector, deve-o fazer com regras e de um forma sustentada.

A utilização eficiente da água na rega, é um desafio para a agricultura portuguesa, que se encontra ainda muito atrasada na optimização da utilização que faz deste recurso.

Existem hoje no mercado, sistemas de rega, que permitem consumir menos água e obter melhores resultados, residindo o problema, não na inexistência da tecnologia, mas na aquisição da mesma.

A aquisição de sistemas de rega comporta hoje custos pouco compatíveis com o estado em que se encontra a agricultura Portuguesa, nomeadamente, a pequena e média agricultura, que é aquela que caracteriza grande parte da região centro (segundo dados do INE 84% das explorações da região centro têm menos de 5 ha).

Hoje, a chamada rega ao pé, condução da água da rega por sulcos que correm junto ao caule das plantas, considerada como a menos recomendada em termos de eficácia, tendo em conta que consome grandes volumes de água para regar uma pequena área, ainda é hoje vulgarmente utilizada na pequena agricultura.

Numa altura em que se discute o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural para o próximo Quadro Comunitário de Apoio 2007/2013, importa que esta seja uma questão avaliada e que se prevejam medidas que possibilitem a adopção de sistemas de rega mais eficientes e conseqüentemente que se consiga uma optimização da utilização deste recurso na agricultura.

Ainda sobre esta questão, dizer, que nas discussões sobre a necessidade de uma utilização sustentada da água, muitas vezes os agricultores e a agricultura são vistos como consumidores desregados deste recurso.

Nestas discussões para além de não se ter em conta muitas vezes a realidade da agricultura Portuguesa, transparece também, o desconhecimento da relação do agricultor com a água e que se pode classificar mesmo, como uma relação de paixão.

Muito mais do que as pessoas que vivem no meio urbano, o Agricultor atribui um valor à água, que em muitos casos e em Portugal, tem levado a disputas, por exemplo na divisão de uma levada de água, que algumas vezes tem acabado em tragédia, e quem conhece sabe que a gestão de uma levada de água, que serve vários terrenos de diferentes agricultores, é feita com enorme rigidez.

Mas hoje e quando estamos aqui a pretender debater “A água e a sua importância na economia da região” torna-se impossível que não tenhamos em conta a realidade climatérica, presente e futura.

O aumento da temperatura do planeta está a fazer com que se intensifique o ciclo hidrológico.

Em Portugal, estas alterações deverão traduzir-se na ocorrência de longos períodos de seca extrema, alternados com curtos períodos de pluviosidade intensa, que poderá levar, por sua vez, a cheias de grande dimensão.

A isto, há a juntar o aumento da temperatura, que consequentemente fará aumentar as necessidades da agricultura em recorrer aos reservatórios de água existentes.

Tal realidade climatérica, é já hoje sentida em Portugal, onde parece que a seca de 2005, a mais grave de que há memória, poderá prolongar-se por 2006 com prejuízos acrescidos.

Embora esta nova realidade climática seja transversal a todos os sectores, ela afecta e afectará ainda mais particularmente, o sector Agro-Florestal, tornando as actividades que lhe estão inerentes como sendo de alto risco.

Os efeitos do clima na Agricultura são de facto devastadores, como pode ser visto pelos dados do INE, que indicam 2005 como um dos piores anos agrícolas, com perdas no rendimento dos agricultores, em média, acima dos 11%.

Já no sector florestal, há a ainda a somar, às perdas de rendimento inerentes à seca ... a título de exemplo referir que na cortiça calcula-se que possa ter havido uma quebra de rendimento de um milhão de arrobas ... há ainda a somar, como dizia, o aumento do número e dimensão dos incêndios registados, por influência da temperatura e da ausência de pluviosidade.

Mas porque a tendência das alterações climáticas é para que tenhamos um clima ainda mais austero, convém que se avalie a realidade climática futura.

Começava então por falar de um projecto que está a ser desenvolvido em Portugal e que se denomina “Mudança Climática em Portugal. Cenários, Impactes e Medidas de Adaptação” designado por SIAM.

Este projecto que teve início em 1999, tem como objectivo avaliar os impactos e as medidas de adaptação às alterações climáticas em Portugal no século XXI.

De salientar que o Projecto SIAM foi o primeiro estudo do género a ser realizado em Portugal e no Sul da Europa e que já publicou dois livros com resultados dos estudos efectuados.

Do último livro publicado, destaco algumas das conclusões das várias partes que constituem o estudo e que, nomeadamente, avaliam os impactos das alterações climáticas na agricultura e na floresta da região centro.

Em termos gerais o estudo refere que as “Observações portuguesas são consistentes com um padrão de aquecimento global em aceleração” apresentando mesmo taxas de aquecimento acima da média global.

No que respeita à precipitação, o estudo refere que “a alteração do regime de precipitação é preocupante no Continente” indicando que haverá menos precipitação e redução da duração da estação chuvosa.

Este estudo que recaiu, no caso da agricultura, sobre as culturas do trigo, milho, arroz, pastagens e forragens, indica “que no futuro, à excepção das pastagens e forragens, todas as culturas sofrerão uma diminuição de produtividade”.

No caso específico da Região Centro, é referido para o caso do milho, que se verificam “zonas de decréscimo e de acréscimo de produtividade futura, sendo o balanço médio da região negativo” em menos 15%.

No que respeita à cultura do arroz, constata-se que “a produtividade futura das zonas mais produtivas é semelhante aos valores obtidos nas condições actuais” mas que tal já não acontece nas zonas menos produtivas que sofrem um decréscimo.

Quanto ao caso das pastagens e forragens, os resultados obtidos indicam que não existem grandes variações de produtividade entre o cenário actual e os cenários futuros.

Como é lógico, estes cenários quanto mais para Sul de Portugal formos, mais negativos são. Referir-vos que, por exemplo, no caso da cultura do arroz as perdas de produtividade poderão atingir valores de 80 a 90% no caso do concelho de Alcácer do Sal.

Quanto ao sector florestal, salienta-se o seguinte:

Eucalipto

Considera-se que poderá haver uma forte redução da produtividade no Centro e Sul do País e uma redução moderada no Norte;

Tal deverá levar a um provável declínio da cultura, se de facto, não houver um ajuste na escolha de áreas mais favoráveis e um melhoramento genético ou escolha de espécies.

Pinheiro Bravo

A tendência deverá ser para uma forte redução da produtividade no Centro e Sul do País e uma redução ligeira no Norte à excepção das zonas de maior altitude localizadas a Norte, onde poderá haver aumento da produtividade.

Sobreiro

Aponta-se para uma forte redução da produtividade no Sul do País com possível aumento no Norte.

No caso do sobreiro poderá ocorrer um deslocamento para Norte das áreas potencialmente mais produtivas.

No geral

O estudo fala ainda do aumento drástico do risco meteorológico de incêndio em todo o País e da necessidade de prolongamento da época de incêndios.

Estes são alguns exemplos da razão de considerar que qualquer discussão sobre a água, seja ela ao nível da sua qualidade, da sua importância para economia local, etc, deverá passar, também, pelas alterações climáticas que começamos a assistir, uma vez que as mesmas terão consequências inevitáveis na regularidade com que dispomos deste recurso, o que levará, nas situações de seca, à necessidade de racionalizar a água pelas várias prioridades.

E é neste futuro, que poderá não estar assim tão longe, que haverá, por certo, conflitos de interesse no sentido de se saber o que é prioritário.

É o consumo humano? É a garantia da biodiversidade? É a agricultura? É a indústria? É o turismo? Poderá acontecer, por exemplo, que uns considerem que o turismo deve estar à frente da agricultura, porque já só produzimos 25% do que consumimos e o que dá dinheiro e trabalho ao país é o turismo.

A questão é, até que ponto o critério económico não falará mais alto e sectores como o da indústria, nomeadamente, a indústria da pasta de papel, ou o do turismo com os campos de golfe, não terão mais força, nomeadamente força económica, que o sector agrícola, cada vez mais fragilizado.

E é nesta discussão que importa, que tenhamos também em conta a nova lei da água, aprovada na Assembleia da República em setembro do ano passado e que veio alterar significativamente aquilo que existia em termos de legislação sobre esta matéria.

De facto, são inúmeras as questões levantadas por estes diplomas que constituem a nova lei da água e todas elas com grande relevância para o futuro, quer no que respeita ao acesso à água, quer no que respeita à própria preservação dos recursos hídricos.

A nova lei da água começa logo por ser polémica quando torna este recurso essencial à vida, um bem mercantilizável.

Podemos ler, por exemplo, no capítulo VII que fala do Regime Económico e Financeiro, uma frase que de certa forma resume o que nele está contido, e cito: “O regime económico e financeiro promove a utilização sustentável dos recursos hídricos...”, ou seja, criando um regime económico e financeiro em torno do recurso água, entendem os autores desta lei que estarão, ao mesmo tempo, a promover a sua preservação.

Por outro lado, esta lei desresponsabiliza o Estado, tendo em conta que o mesmo abdica da sua função de zelar pela preservação deste recurso, para deixar que sejam as leis do mercado a actuar.

Mesmo ao nível do papel social que a água deve desempenhar, pouco ou nada é dito. É referido sim, e várias vezes, a necessidade da recuperação dos custos tidos pelo Estado neste sector, através da aplicação das Tarifas dos Serviços de Águas, aquela que pagamos lá em casa.

O presente diploma é claro quanto às Tarifas dos Serviços de Águas, referindo, que a mesma deve suportar, para além dos gastos com as infraestruturas de abastecimento, para além do serviço de fornecimento de água, deve suportar o pagamento da Taxa de Recursos Hídricos que as concessionárias, sejam elas quem forem, vão ter que pagar ao Estado e ainda, garantir e cito, uma “adequada remuneração dos capitais próprios das concessionárias...”.

Em pouco tempo, o Estado passará, ao invés de investir no sector da água, passará a usufruir de um rendimento proveniente da exploração do sector, através da cobrança da TRH - Taxa de Recursos Hídricos, que não constitui mais do que um novo imposto, uma vez que irá acabar por ser reflectida no consumidor final.

As consequências, serão inevitavelmente o aumento do custo da utilização da água e conseqüentemente, o afastamento de quem não tem o suporte financeiro para pagar por ela.

E lembro mais uma vez que não estamos a falar de automóveis nem de telemóveis, mas sim de água.

Mas a grande questão desta nova lei, será a possibilidade de privatizar qualquer recurso hídrico que pertença ao domínio público, como sejam, praias, albufeiras, rios, estações de captação para abastecimento público, etc, em concessões de 75 anos.

A lei 58/2005, no seu capítulo V, refere, que a utilização privada dos recursos hídricos do domínio público, implica a atribuição de uma licença ou de uma concessão, qualquer que seja a natureza e a forma jurídica do seu titular.

Neste diploma, entende-se por Utilização Privada, aquela em que alguém obtiver para si a reserva de um maior aproveitamento desses recursos hídricos de domínio público do que a generalidade dos utentes, ou então, quando esse uso implicar a alteração no estado desses recursos ou colocar esse estado em perigo.

Passa a ser possível a utilização privativa dos recursos hídricos de domínio público, mediante, uma de duas formas, ou através de uma licença, ou através de uma concessão, implicando ambas o pagamento da tal TRH - Taxa de Recursos Hídricos, e que, segundo o diploma em causa, é devida pelo impacte da actividade autorizada nos recursos hídricos.

As concessões segundo a actual lei, conferem, e cito, “ao seu titular o direito de utilização exclusiva, para os fins e com os limites estabelecidos no respectivo contrato, dos bens objecto de concessão”.

Ou seja, as concessões poderão, mediante contrato, dar plenos direitos aos concessionários, nomeadamente de uso exclusivo dos recursos.

A actual lei, deixa tudo em aberto, não limitando os recursos hídricos passíveis de serem concessionados, pelo que no limite, pode ser entregue à utilização exclusiva de privados, um rio, ou uma praia, e um recurso que era de utilização comum deixar de o ser.

Por outro lado, a ideia de que os recursos hídricos passam a ser mercantilizáveis, está também espelhada no seu Artigo 72 sobre Transmissão de títulos de utilização, onde se diz, que qualquer título de utilização, licença ou concessão, passa a ser passível de ser transmissível, o que será o mesmo que dizer, transaccionado, bastando para isso comunicar à autoridade competente para o licenciamento.

Mas ainda se poderá ir mais longe e o Governo poderá, segundo este artigo, instituir, para uma certa Bacia Hidrográfica, por exemplo, para a Bacia Hidrográfica do Mondego, ou para parte dela, um mercado de títulos de utilização da água como se de acções de bolsa se tratasse.

Ou seja, no limite, poderemos ter agricultores sem títulos de utilização de água e especuladores de bolsa sem terra mas com títulos.

Uns poderão dizer, que esta é uma situação perfeitamente normal, e que já hoje temos agricultores que recebem ajudas da política agrícola comum para não produzirem nada e outros que produzem e não têm direito a ajudas? ... é o mundo moderno, é o mundo actual.

A CNA – Confederação Nacional da Agricultura tem vindo a manifestar, antes e depois da aprovação da lei, que a agricultura não irá suportar a implementação de mais um imposto, ainda para mais, sobre um recurso essencial ao exercício da actividade e que tal, poderá ditar o fim da pequena e média agricultura.

Por outro lado e quanto à agricultura dita competitiva, mesmo essa sofrerá negativamente uma perda de rendimento ao ser colocada numa posição de concorrência desleal para com os seus parceiros da Europa do Norte, que possuem níveis de pluviosidade que lhes permite terem rega natural em grande parte do tempo.

Mesmo que no futuro se venha a atribuir títulos de utilização gratuitos aos pequenos utilizadores, com base na sua utilização histórica.

Mesmo que assim seja, a criação de bolsas de títulos de utilização, fará com que esses mesmos títulos venham mais tarde ou mais cedo, a concentrar-se nos usos com maior capacidade económica para os adquirir.

Podemos imaginar uma bolsa de títulos de utilização da água de uma albufeira ou de um outro recurso hídrico de domínio público qualquer.

Imaginemos um agricultor que possua títulos de utilização e que queira vender esses títulos porque também irá vender a terra.

Imaginemos ainda que existem dois potenciais interessados na aquisição destes títulos, um agricultor e um outro, dono de um campo de golfe ou de uma estância balnear, quem é que julgam que acabará por ficar com esse títulos de utilização?

Por fim e para terminar, gostaria de deixar apenas uma pequena nota, sobre a evolução da agricultura e as suas consequências no aumento do consumo de água e no crescente perigo da agricultura como produtora de poluição difusa, tendo em conta, nomeadamente, a alteração das práticas e espécies utilizadas.

O caminho que está a ser feito para a abertura dos mercados mundiais, nomeadamente a liberalização do comércio agrícola, tem, e continuará a ter, influências ao nível do aumento da chamada competitividade e, conseqüentemente, da intensificação da agricultura que é praticada.

Esta intensificação tem levado, e continuará a levar, por certo, à necessidade de um aumento do nível de *inputs* necessários à produção, quer ao nível de fertilizantes e pesticidas, os quais acabam por representar um aumento dos perigos de contaminação dos aquíferos, quer ao nível de maiores exigências de disponibilidade de água.

As plantas que actualmente cultivamos, têm vindo a sofrer alterações, quase sempre com o objectivo de se conseguir aumentos de produção.

Como é lógico, uma planta que produza mais, terá, conseqüentemente, de se alimentar mais e daí ser necessário introduzir artificialmente, e cada vez em maior volume, fertilizantes e água.

Num cenário de maior escassez e/ou de maiores restrições a este recurso, a questão que se coloca, é se a actual agricultura moderna não caminha no sentido oposto ao da nova realidade climática e ao da nova realidade planetária de necessidade de preservação do recurso água, que como se costuma dizer, e fica sempre bem dizer, será o petróleo do próximo século.

Avaliar o presente, mas também o futuro, da relação água, enquanto bem essencial à vida, com a agricultura, também ela geradora de vida, são hoje assuntos com os quais não podemos estar indiferentes.

Estas eram algumas das reflexões que vos queria deixar ficar, aqui, nesta conferência.

Muito mais, com toda a certeza, haveria para dizer sobre esta matéria

Queria agradecer-vos a atenção que me dispensaram e mais uma vez agradecer à plataforma o convite que formalizou e que muito me honra a mim e à CNA.

Muito Obrigado.

Santa Comba Dão, 4 de Março de 2006